

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 541/2026
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021

1. PREÂMBULO

1.1. O **Município de Missal**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF nº 78.101.847/0001-50, sito à Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 555, Centro, por meio de sua Agente de Contratação designada pela **Portaria nº 597, de 09 de Setembro de 2026**, em conformidade com os termos da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, e demais legislações aplicáveis, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, no tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do Art. 75, Inciso II, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICES DE SEGURO PARA SEIS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, nas condições fixadas neste instrumento convocatório e seus anexos.

1.2. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no Portal Bolsa de Licitações do Brasil (BLL), no endereço eletrônico <https://bll.org.br/>, nas datas e horários abaixo definidos:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Ocorrerá das 17h00min do dia 18 de Setembro de 2026, até às 08h50min do dia 24 de Setembro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: Ocorrerá das 09h00min do dia 24 de Setembro de 2026, até às 11h00min do dia 24 de Setembro de 2026.

VALOR MÁXIMO: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília/DF.

EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

2. DO EDITAL

2.1. O presente Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1), no endereço eletrônico do Município de Missal (<https://transparencia.missal.pr.gov.br/licitacoes>) e pela BLL (<https://bll.org.br/>).

2.2. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações, deverão ser feitos preferencialmente na plataforma BLL, podendo ser aceitos através do e-mail licitacao@missal.pr.gov.br.

3. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICES DE SEGURO PARA SEIS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA**

MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme as características e demais condições definidas neste Edital e seus anexos.

3.2. A licitação será regida pelo tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

3.3. A proponente deverá apresentar obrigatoriamente a proposta constando a marca e demais referências que identifique o item cotado, conforme exigências do presente Edital, sob pena de desclassificação do item. Os preços máximos e as características mínimas dos itens estão especificados no Anexo I deste Edital.

4. DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

4.1. O Contrato Administrativo, cuja minuta integra o presente Edital, na forma de seu Anexo II, a ser firmado entre o Município de Missal e o vencedor do certame, terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. O presente Edital concede tratamento diferenciado as Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), aplicando-se os dispositivos legais previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

5.2. A participação se dará via Internet, mediante Sistema de Dispensa Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br).

5.3. Para realização de cadastro e acesso a plataforma de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, plataforma onde será realizada a disputa, orientamos entrar em contato com o Suporte ao Fornecedor, pelos telefones: (41) 3097-4600 ou (41) 3097-4646; ou ainda, através do e-mail: contato@bll.org.br.

5.4. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Disputa Eletrônica, disponível no Portal da BLL, para acesso ao sistema e operacionalização.

5.5. O fornecedor é responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

5.6. Não poderão participar deste processo licitatório os fornecedores que não atendam às condições deste Edital e seus anexos.

5.7. Não poderão participar fornecedores estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente.

5.8. Não poderão participar os fornecedores que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre a obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

- b)** A empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c)** Pessoa física ou jurídica que se encontra, ao tempo da contratação, impossibilidade de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e)** Empresas controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f)** Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores e condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.10. Aplica-se o disposto na alínea “c” também o fornecedor que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

6. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. O ingresso do fornecedor na disputa de dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

6.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

6.3. A proposta também deverá conter a integralidade dos custos para atendimentos dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a contratada.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento

do objeto.

6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, o fornecedor **não poderá** retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

7. DA FASE DE LANCES

7.1. A partir da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário previsto no item 1.2.

7.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado no sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Edital.

7.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento), conforme Art. 57 da Lei nº 14.133/2021.

7.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

7.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

7.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

7.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

7.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem

qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

8.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

8.3. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

8.4. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

8.5. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da Dispensa Eletrônica.

8.6. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequados ao último lance.

8.7. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta **deverá encaminhar proposta atualizada** com indicação de custos unitários e formação de preços nos termos da proposta vencedora.

8.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.9. Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas neste Edital ou em seus anexos;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que não seja passível de saneamento.

8.10. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar por completo o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance.

8.10.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas os valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo estabelecido pela Administração, conforme Art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de Setembro de 2022;

8.10.2. Quando o valor não for suficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitário, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado,

acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

8.10.3. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes;

8.10.4. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Se a proposta ou lance do vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de lances, o detentor da melhor oferta terá os documentos que constam no item 9.2. analisados pela Agente de Contratação, podendo ser solicitado os originais ou cópias autenticadas das certidões que não tiverem como atestar a veracidade online, em no máximo 02 (dois) dias úteis, a contar do próximo dia útil em que foi declarado vencedor.

9.2. Serão consideradas em condições de participação desta Contratação Direta as empresas que, tendo ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação, apresentem os seguintes documentos, aceitos no original ou por qualquer processo de autenticação:

9.2.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial na Junta Comercial, no caso de Empresa Individual;
- b) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), em se tratando de Microempreendedor Individual (MEI), na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br.
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, em se tratando de Sociedade Empresária Comercial, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, e no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Decreto de autorização de funcionamento no Brasil, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, no caso de Sociedades Simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

9.2.1.1. O contrato social, quando possível, deverá constar a denominação social e identificação do(s) ramo(s) de atividade(s) da empresa, o qual deverá ser compatível com o objeto licitado.

9.2.1.2. O contrato social em vigor, a que se refere a alínea “c”, trata-se da última alteração contratual consolidada ou na falta desta, a apresentação do primeiro ato constitutivo juntamente com a última alteração.

9.2.1.3. Às proponentes que tenham como ato constitutivo o estatuto, que o apresente juntamente com a última ata que elegeu sua diretoria ou administradores.

9.2.2. Regularidade Fiscal e Tributária:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda da sede do proponente;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda da sede do proponente;

e) Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Não há exigência para o objeto desta licitação.

9.2.4. Qualificação Técnica:

a) Apresentar Certidão emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que comprove que a licitante está devidamente autorizada a operar no ramo de seguros objeto da presente contratação.

9.2.5. Outras Comprovações:

9.2.5.1. O licitante deverá apresentar também, para fins de habilitação, o documento “**Declaração Unificada**”, conforme Anexo III, que contém:

a) Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade que tenha sido expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo;

- b) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição;
- d) Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, Art. 1º, e no Inciso III, Art. 5º, da Constituição Federal;
- e) Declaração de não possuir pessoas no quadro societário (contrato social, estatuto social), impedidas de contratar com o Município de Missal/PR, nos termos do Artigo 14 da Lei nº 14.133/2021 e Prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.2.5.2. Declaração de que a proponente se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para os fins da Lei Complementar nº 123/2006 (Anexo V), se for o caso. Anexo à declaração deverão apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial de que está enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, emitida com até 90 (noventa) dias, contados da data de expedição.

- a) Em se tratando de sociedade simples o documento apto para comprovar a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) deve ser expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Ou ainda, no caso de Microempreendedor Individual (MEI), deverá ser apresentado o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) na forma da Resolução CGSIM nº 16/2019.
- b) A ausência de comprovação da condição de ME, EPP ou MEI, tal como exigido no item anterior, será interpretada como renúncia ao benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006, implicando a preclusão do direito.

9.2.5.3. “Declaração com as Informações para Assinatura do Contrato Administrativo”, de acordo com o modelo do Anexo VI.

9.2.5.4. “Declaração LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)”, de acordo com o modelo do Anexo VII.

9.2.5.5. “Termo de Indicação de Preposto”, de acordo com o modelo do Anexo VIII.

9.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração

pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.4. No caso de não constar prazo de validade nas certidões exigidas por este Edital, somente serão aceitas àquelas emitidas em até 120 (cento e vinte) dias, contado da data de sua emissão.

9.5. Em caso da proponente ser “filial”, a documentação deve ser pertinente à sua localização e não da sede da empresa, devendo, ainda, tanto a documentação como a proposta: se for da matriz, somente da matriz; se for da filial, somente da filial, exceto aquelas certidões que por sua própria natureza forem da matriz e abranjam as filiais.

9.6. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

9.7. As declarações emitidas pela licitante deverão ser apresentadas no original e ser assinadas pelo representante legal da empresa.

9.8. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

9.9. A análise dos documentos de propostas e de habilitação deverá observar o cumprimento de todas as condições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, bem como no presente Edital e seus anexos.

9.10. Será inabilitada a licitante que deixar de atender qualquer das condições fixadas neste Edital, que não apresentar os documentos exigidos e/ou que os apresentem de forma diversa da exigida neste Edital, incompletos, incorretos, rasurados ou contendo corretivos, ou ainda, cujo teor não se possa inferir com precisão as exigências previamente definidas e a veracidade dos mesmos.

9.11. No caso dos documentos disponíveis e emitidos via internet, bem como com certificação e assinatura digital, a critério da Agente de Contratação, poderá ser realizada a confirmação da sua veracidade junto ao órgão competente, não sendo necessária sua autenticação por cartório ou por servidor da Administração, ou publicação na imprensa oficial.

9.12. Encerrada a etapa de lances, o licitante vencedor deverá enviar os documentos de habilitação e a proposta ajustada no prazo máximo de 02 (duas) horas, contado a partir da solicitação da Agente de Contratação, podendo ser prorrogado por igual período, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Caso não tenha um campo com o nome específico do documento, o mesmo poderá ser anexado no campo “Outros Documentos”.

9.13. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste Edital ou ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que na data da apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e da habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pela Agente de Contratação, sob pena de desclassificação ou de inabilitação.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado o Contrato Administrativo.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato Administrativo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.3. Alternativamente à convocação ao órgão para a assinatura, poderá ser realizado mediante correspondência postal com Aviso de Recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

10.4. O prazo previsto para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, se necessário e devidamente justificado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6. Na assinatura do Contrato Administrativo será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação, objeto deste Edital, correrão na dotação orçamentária a seguir:

08 SECRETARIA DE SAÚDE

10.301.0007.2039 GESTÃO DO FUNDO DE SAÚDE

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

02733 E 00412 - SESA PR - CUSTEIO - RESOLUÇÕES 709/2025 E 905/2025 - PROFAPS-PR

12. DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

12.1. No caso de desconexão apenas da Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Dispensa, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos proponentes para a recepção dos lances, que continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.2. A Agente de Contratação, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

12.3. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, via “chat” do sistema (quando retornar a conexão do mesmo).

13. DO SISTEMA ELETRÔNICO

13.1. A proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico (www.bll.org.br), assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.

13.2. Caberá a proponente:

13.2.1. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo de Dispensa, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, inclusive no que tange aos subitens supra.

13.2.2. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

13.2.3. O uso da senha de acesso pela proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, e encaminhado à Agente de Contratação e a Equipe de Apoio.

14.2. Fica estabelecido que todas e quaisquer informações, esclarecimentos ou dados, fornecidos verbalmente por empregados do Município, não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações e outros, por parte dos proponentes.

14.3. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

14.3.1. Republicar o presente Edital com uma nova data.

14.3.2. Valer-se para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

14.4. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

14.5. As providências dos subitens 14.3. acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

14.6. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste neste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

14.7. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

14.8. A Administração reserva-se no direito de solicitar a via original de qualquer documento, sempre que tiver dúvidas ou julgar necessário.

14.9. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação, sendo que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou ainda, caso tenha sido o vencedor, a revogação da adjudicação ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.10. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

14.11. A participação do proponente no processo de Dispensa implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

15. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.2. Para os propósitos deste subitem, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga do contrato financiado pelo

organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

15.4. Considerando os propósitos dos subitens acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O Município de Missal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado. O Município de Missal poderá ainda prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura, sem que aos interessados caiba indenização de qualquer espécie.

16.2. Os pedidos de esclarecimento, deverão ser feitos preferencialmente na plataforma BLL em local próprio, podendo ser aceitos através do e-mail licitacao@missal.pr.gov.br.

16.3. Os interessados que tiverem dúvidas em caráter técnico ou na interpretação dos itens, das condições gerais desta licitação, serão atendidos durante o expediente normal de trabalho da Prefeitura.

16.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.6. Fica eleito o Foro da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.7. Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação, jurisprudência e doutrina aplicável, e dos princípios gerais de direito.

16.8. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Minuta do Contrato Administrativo;

ANEXO III - Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO V - Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

ANEXO VI - Modelo de Declaração com as Informações para Assinatura do Contrato Administrativo;



ANEXO VII - Modelo de Declaração LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);

ANEXO VIII - Modelo de Termo de Indicação de Preposto.

Missal/PR, 18 de Setembro de 2026.

Adilto Luis Ferrari
Prefeito Municipal

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Considerando a necessidade do Município de Missal, o presente procedimento tem por finalidade a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICES DE SEGURO PARA SEIS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme condições específicas e valores constantes neste Edital.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. Os itens deverão atender as seguintes especificações mínimas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
001	APÓLICE DE SEGURO DO VEÍCULO MERCEDES-BENZ SPRINTER VAN 517, CAPACIDADE PARA 17+1 PASSAGEIROS, TETO ALTO, EXTRA LONGA, ANO/MODELO: 2025/2026, CHASSI: 8AC907855TE276403, COBERTURA CASCO 100% FIPE, DMT: R\$ 250.000,00, DCT: R\$ 500.000,00, APP COM DMH: R\$ 100.000,00, DMO: R\$ 100.000,00	01	UND	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
002	APÓLICE DE SEGURO DO VEÍCULO MERCEDES-BENZ SPRINTER VAN 517, CAPACIDADE PARA 17+1 PASSAGEIROS, TETO ALTO, EXTRA LONGA, ANO/MODELO: 2025/2026, CHASSI: 8AC907855TE275831, COBERTURA CASCO 100% FIPE, DMT: R\$ 250.000,00, DCT: R\$ 500.000,00, APP COM DMH: R\$ 100.000,00, DMO: R\$ 100.000,00	01	UND	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
003	APÓLICE DE SEGURO DO VEÍCULO AMBULÂNCIA TIPO A, MODELO RENAULT MASTER L1H1, ANO/MODELO: 2026/2027, CHASSI: 93YF62S07VJ666209, COBERTURA CASCO 100% FIPE, DMT: R\$ 250.000,00, DCT: R\$ 500.000,00, APP COM DMH: R\$ 100.000,00, DMO: R\$ 100.000,00	01	UND	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
004	APÓLICE DE SEGURO DO VEÍCULO AMBULÂNCIA TIPO A, MODELO RENAULT MASTER L1H1, ANO/MODELO: 2026/2027, CHASSI: 93YF62S0XVJ666107, COBERTURA CASCO 100% FIPE, DMT: R\$ 250.000,00, DCT: R\$ 500.000,00, APP COM DMH: R\$ 100.000,00, DMO: R\$ 100.000,00	01	UND	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
005	APÓLICE DE SEGURO DO VEÍCULO RENAULT KWID ZEN, ANO/MODELO: 2026/2026, CHASSI: 93YRBB006TJ637776, COBERTURA	01	UND	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00

Município de Missal

ESTADO DO PARANÁ



	CASCO 100% FIPE, DMT: R\$ 250.000,00, DCT: R\$ 500.000,00, APP COM DMH: R\$ 100.000,00, DMO: R\$ 100.000,00				
006	APÓLICE DE SEGURO DO VEÍCULO RENAULT KWID ZEN, ANO/MODELO: 2026/2026, CHASSI: 93YRBB009TJ637867, COBERTURA CASCO 100% FIPE, DMT: R\$ 250.000,00, DCT: R\$ 500.000,00, APP COM DMH: R\$ 100.000,00, DMO: R\$ 100.000,00	01	UND	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00
VALOR TOTAL:				R\$ 22.500,00	

DMT – DANOS MATERIAIS A TERCEIROS

DCT – DANOS CORPORAIS A TERCEIROS

APP COM DMH – ACIDENTES PESSOAIS A PASSAGEIROS COM DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES – valor individual de cada passageiro

DMO – DANOS MORAIS A TERCEIROS

2.2. Os valores referentes às coberturas descritas em cada item correspondem aos valores mínimos exigidos.

2.3. Assistência 24 (vinte e quatro) horas, com serviço de guincho e quilometragem ilimitada.

2.4. Sem veículo reserva.

2.5. Franquias aplicáveis aos vidros, lanternas, faróis e retrovisores dos veículos, conforme tabela abaixo:

CATEGORIA DO VEÍCULO	VIDROS	LANTERNAS	FARÓIS	RETROVISORES
PASSEIO	R\$ 125,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00
VANS/AMBULÂNCIA	R\$ 250,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00

OBS. 01: Os consertos de sinistros deverão ser feitos preferencialmente dentro do Município de Missal, caso a seguradora não tenha oficinas credenciadas.

OBS. 02: A fase interna do processo, onde constam as diligências de preços e demais informações iniciais, encontra-se disponível no site da Prefeitura link: [Portal da Transparência - Processos Licitatórios \(missal.pr.gov.br\)](http://Portal da Transparência - Processos Licitatórios (missal.pr.gov.br)).

3. VISTORIA E FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. A empresa interessada em vistoriar os veículos a serem segurados, para fins de obtenção de informações necessárias à formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiverem os veículos, em dias úteis. A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (45) 3244-8050, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. Será admitida a dispensa da realização de vistoria pela licitante, ficando esta ciente das condições dos veículos e de todas as obrigações relativas ao objeto da presente contratação.

3.3. A licitante deverá ofertar em sua proposta valores compatíveis com os praticados no mercado na data de

sua apresentação, nos quais deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, bem como a discriminação das franquias e do prêmio total relativos aos veículos.

3.4. A vistoria, caso seja realizada pela licitante, deverá ocorrer até o último dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

4. VALOR DE MERCADO REFERENCIADO

4.1. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, ou outra tabela de referência que venha a substituí-la.

4.2. Tratando-se de sinistro envolvendo veículo zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data de seu recebimento pelo Município, independentemente da quilometragem rodada no período.

4.2.1. Entende-se por valor de veículo novo o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência vigente na data da liquidação do sinistro.

5. DA APÓLICE

5.1. Deverá ser emitida uma apólice individual para cada veículo segurado, em meio eletrônico, sem qualquer custo adicional para a Contratante.

5.2. Deverão constar em cada apólice, no mínimo:

- a) Identificação e descrição do respectivo veículo, com suas especificações;
- b) Indicação da tabela de referência utilizada e, quando aplicável, da tabela substituta;
- c) Indicação do fator de ajuste, fixado em 100% (cem por cento);
- d) Prêmios discriminados por cobertura;
- e) Limites de indenização das coberturas contratadas;
- f) Franquias aplicáveis;
- g) Bônus, quando houver.

5.3. As apólices deverão ser disponibilizadas à Contratante em meio eletrônico, com assinatura eletrônica válida, no prazo estabelecido para a efetivação do seguro dos veículos.

5.3.1. Após a disponibilização das apólices, a Contratante realizará a conferência de sua conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e com a proposta apresentada pela Contratada.

5.4. O atraso na disponibilização da apólice não afastará a responsabilidade da Contratada pelas coberturas contratadas a partir da data de início da vigência do seguro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis pelo descumprimento do prazo estabelecido.

6. DA AVARIA

- 6.1.** Caso seja constatada alguma avaria preexistente durante a vistoria para contratação do seguro, tal condição não impedirá a contratação, ficando, contudo, a referida avaria excluída da cobertura em caso de sinistro de perda parcial.
- 6.2.** Caso a avaria preexistente seja reparada pela Contratante durante a vigência do seguro, o veículo deverá ser submetido a nova vistoria para exclusão da respectiva cláusula de avaria.
- 6.3.** As avarias preexistentes não serão consideradas para fins de redução da indenização em caso de indenização integral.
- 6.4.** Caso a seguradora não realize a vistoria prévia, não poderá posteriormente aplicar cláusula de avaria preexistente, assumindo integralmente a responsabilidade pela cobertura contratada, nos termos deste seguro.

7. DO AVISO DE SINISTRO

- 7.1.** A Contratada deverá disponibilizar à Contratante central de atendimento para comunicação de sinistros, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.
- 7.2.** A Contratada deverá informar à Contratante, após a formalização da contratação, os canais de atendimento disponíveis, tais como telefone, e-mail ou serviço on-line, bem como a identificação do responsável ou preposto pelo atendimento do contrato.
- 7.3.** Os canais disponibilizados deverão permitir o atendimento da Contratante em todo o território nacional.
- 7.4.** Após o registro do sinistro por um dos canais disponibilizados, a Contratada terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.
- 7.5.** Havendo necessidade de reboque, a Contratada deverá prestar o atendimento no prazo máximo de 02 (duas) horas após a comunicação do sinistro, sem limite de quilometragem.

8. DO ENDOSSO

- 8.1.** As alterações necessárias nas apólices durante sua vigência poderão ser solicitadas pela Contratante e processadas pela Contratada mediante emissão de endosso.
- 8.2.** Poderão ser objeto de endosso, entre outras alterações pertinentes à presente contratação, a correção ou atualização do nome do segurado, endereço, local de permanência do veículo, unidade da federação de utilização, chassi, placa, classe de bônus e demais dados relacionados ao veículo segurado.
- 8.3.** A Contratada deverá emitir o respectivo endosso no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento da solicitação formal da Contratante.
- 8.4.** As solicitações de endosso poderão ser realizadas pela Contratante a qualquer tempo durante a vigência

da respectiva apólice, sempre que necessárias.

9. DA FRANQUIA

9.1. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente na proposta e nas respectivas apólices, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.1.1. A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos para o prêmio do seguro.

9.1.2. Deverão ser observados os valores máximos de franquia estabelecidos neste Termo de Referência, podendo ser ofertadas franquias de valores inferiores, desde que mantidas as demais condições e coberturas exigidas.

9.1.3. Em caso de sinistro com perda parcial, o valor correspondente à franquia será de responsabilidade da Contratante e deverá ser pago à concessionária ou oficina responsável pelo conserto do veículo. Quando o pagamento direto à concessionária ou oficina não for possível, poderá ser efetuado à Contratada, que ficará responsável pelo respectivo repasse.

10. SALVADOS

10.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passarão a ser de inteira responsabilidade da Contratada.

10.2. Caberá à Contratada providenciar a transferência dos salvados, bem como a regularização e baixa dos registros necessários junto aos órgãos competentes, de modo a retirar o veículo da titularidade da Contratante.

11. DOS SINISTROS

11.1. O seguro deverá possuir cobertura total, abrangendo os riscos decorrentes da circulação do veículo segurado, as despesas necessárias ao salvamento e ao transporte do veículo até oficina autorizada pela Contratante, bem como as indenizações e prestações de serviços correspondentes às coberturas contratadas, em todo o território nacional.

12. REGULAÇÃO DE SINISTRO

12.1. Ocorrendo sinistro, a Contratada deverá realizar o exame das causas e das circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a fim de caracterizar o risco, verificar suas consequências e manifestar-se quanto à cobertura securitária.

12.2. Decorrido o prazo estabelecido no item anterior sem manifestação da Contratada, a Contratante poderá adotar as providências necessárias à reparação do veículo, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada pelos custos decorrentes, desde que o sinistro esteja abrangido pelas coberturas contratadas.

12.3. A comunicação do sinistro deverá ser realizada pela Contratante tão logo tenha conhecimento da ocorrência, por meio dos canais disponibilizados pela Contratada.

12.4. Ocorrendo sinistro que resulte em indenização parcial, a reintegração da cobertura deverá ocorrer automaticamente, sem cobrança de prêmio adicional.

12.5. Nos casos em que o veículo seja passível de recuperação, a escolha da oficina responsável pelo reparo ficará a cargo da Contratante, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, não podendo a Contratada impedir injustificadamente a liberação do serviço.

12.6. O prazo máximo para pagamento das indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, observadas as condições e a documentação necessárias à regulação do sinistro.

12.7. O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos neste item sujeitará a Contratada às sanções previstas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação aplicável.

13. DA INDENIZAÇÃO

13.1. As despesas necessárias ao salvamento do veículo segurado, durante e após a ocorrência do sinistro, correrão por conta da Contratada, observadas as coberturas contratadas.

13.2. Os danos materiais devidamente comprovados, causados pela Contratante ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, reduzir seus efeitos ou salvar o veículo segurado, serão de responsabilidade da Contratada, observadas as condições da apólice.

13.3. Na ausência de cobertura específica, poderá ser utilizado, até o limite máximo da garantia contratada, o valor necessário para cobrir as despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela Contratante ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, reduzir seus efeitos ou salvar o veículo segurado.

14. DA INDENIZAÇÃO INTEGRAL

14.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos resultantes de um mesmo sinistro atingirem ou ultrapassarem 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado do veículo.

14.2. Em caso de indenização integral, a Contratada não poderá deduzir do valor referenciado quaisquer valores correspondentes a avarias preexistentes anteriormente constatadas.

14.3. Na liquidação de sinistro por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser preenchido com os dados da Contratante e da Contratada, observados os procedimentos necessários à transferência do veículo.

15. JUSTIFICATIVA

15.1. Justifica-se a presente contratação pela necessidade de assegurar a proteção dos veículos integrantes da frota municipal da Secretaria Municipal de Saúde, utilizados diariamente no atendimento às diversas demandas da área da saúde. A contratação das apólices de seguro é necessária para garantir a adequada cobertura securitária e a proteção do patrimônio público, considerando a utilização contínua desses veículos no transporte de pacientes, servidores, insumos e na execução das demais atividades necessárias à prestação dos

serviços de saúde. Ressalta-se, ainda, que os veículos objeto da presente contratação foram entregues ao Município após a realização do processo licitatório anual destinado à contratação dos seguros da frota municipal, não sendo possível sua inclusão naquele procedimento. Dessa forma, faz-se necessária a contratação específica das respectivas apólices, a fim de assegurar a cobertura dos veículos e reduzir a exposição do Município a prejuízos decorrentes de eventuais sinistros, contribuindo para a continuidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

16. FORNECIMENTO

16.1. O fornecimento estará condicionado à apresentação de Nota de Empenho, por parte da Contratante, contendo a quantidade e descrição dos itens.

16.2. Os veículos deverão ser segurados no **prazo de até 07 (sete) dias úteis**, contados a partir da assinatura do contrato.

16.3. As apólices deverão ser encaminhadas por meio eletrônico ao setor responsável, conforme orientação da Gestora do Contrato.

16.4. Constatada qualquer divergência, erro ou irregularidade nas apólices emitidas em relação às condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na proposta apresentada ou no contrato, a Contratada deverá promover a devida correção, mediante reemissão da apólice ou emissão de endosso, conforme o caso, sem ônus adicional para a Contratante.

16.5. As correções decorrentes de divergências identificadas pela fiscalização deverão ser realizadas pela Contratada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado do recebimento da comunicação formal da Contratante, salvo quando houver prazo específico diverso estabelecido no Termo de Referência.

17. FISCALIZAÇÃO E PAGAMENTO

17.1. A fiscalização na entrega do objeto será exercida por prepostos do Município, designados na forma da Lei nº 14.133/2021, aos quais competirá acompanhar, controlar e avaliar a entrega dos itens, bem como dirimir as dúvidas que surgirem eventualmente.

17.2. Fica designado como Fiscal do Contrato, o servidor **Sr. Robson Maciel Cezar**, CPF nº *****.055.***-66**, sendo designado como Fiscal Suplente do Contrato, o servidor **Sr. Paulo Cezar da Rocha**, CPF nº *****.662.***-**

76. E ainda, fica designada como Gestora do Contrato, a Secretária Municipal de Saúde.

17.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da liquidação da despesa devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, após a prestação dos serviços e o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da respectiva documentação fiscal, observando-se os valores constantes na nota de empenho previamente emitida. Ressalta-se que será respeitada a ordem cronológica, conforme Decreto Municipal nº 6201, de 14 de Junho de 2024

17.3.1. No momento da liquidação da nota, a Contratada deverá enviar o arquivo digital da nota fiscal no e-mail compras@missal.pr.gov.br, sendo obrigatório o envio no formato PDF e XML, assim como deverá apresentar as seguintes certidões:

- a) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17.4. A fornecedora, por ocasião do faturamento, deverá constar no corpo da Nota Fiscal, os seguintes dizeres:

Dispensa nº .../2026

Contrato nº .../2026

17.5. Na Nota Fiscal é obrigatório que a Contratada informe o valor de retenção do IRRF, **referente a qualquer mercadoria ou serviço contratado ou prestado**, para o Município de Missal/PR, conforme disposto na IN RFB nº 1.234/2012, a fim de viabilizar o cumprimento do Decreto Municipal nº 6.045, de 22 de Agosto de 2023.

18. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE AS PROPOSTAS

18.1. Devem ser apresentadas somente cotações dos itens que atendam as especificações mínimas indicadas no presente anexo, sob pena de desclassificação.

18.2. Não serão aceitas várias cotações de preço para o mesmo item/lote.

18.3. Os preços deverão ser cotados em moeda nacional, não sendo admitida cotação em moeda estrangeira, limitada a **02 (duas) casas após a vírgula**, sendo que os dígitos excedentes serão excluídos pela Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio, sem arredondamento.

18.4. A apresentação da proposta implica automaticamente no conhecimento pleno e aceitação de todas as condições expressas neste Edital.

19. GARANTIA

19.1. A Contratada deverá garantir, durante toda a vigência das respectivas apólices, a plena observância das coberturas, limites de indenização, franquias, assistências, prazos e demais condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na proposta apresentada e nas apólices emitidas.

19.2. Eventuais erros, divergências ou irregularidades identificadas nas apólices ou na execução dos serviços deverão ser corrigidos pela Contratada, mediante reemissão da apólice, emissão de endosso ou adoção de outra providência cabível, sem ônus adicional para a Contratante.

NOTA: Os valores de referência dos itens foram baseados no menor preço dos orçamentos levantados, conforme Art. 23, § 4º da Lei nº 14.133/2021, estando ainda de acordo com os artigos e de Responsabilidade do Gestor da Pasta, consoante ao Decreto Municipal nº 5.970, de 31 de Março de 2023, assim sendo, os valores certamente proporcionarão a competição, um dos princípios basilares da licitação pública. Posto isto, a

Município de Missal

ESTADO DO PARANÁ



Administração Municipal, com base na certidão de cotação de preços apresentada pela Secretaria Requisitante, se entende apropriada a aquisição destes produtos através de procedimento licitatório adequado.

Missal/PR, 18 de Setembro de 2026.

Adilto Luis Ferrari
Prefeito Municipal

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Dispensa nº .../2026

Processo Administrativo nº .../2026

Pelo presente Contrato Administrativo, de um lado o **MUNICÍPIO DE MISSAL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.101.847/0001-50, com sede à Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 555, Centro, neste Município, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr., residente e domiciliado na, nº, Bairro, neste Município, portador do RG nº, e do CPF/MF nº; e do outro lado a empresa, estabelecida à, nº, Bairro, Cidade/Município, Estado, inscrita no CNPJ sob nº, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr.(a), sócio administrador, portador(a) do RG nº, e do CPF/MF nº, residente e domiciliado na, nº, Bairro, Cidade/Município, Estado, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICES DE SEGURO PARA SEIS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações e exigências contidas no Edital e seus anexos.

1.2. O presente contrato possui por objeto a prestação de serviço securitário, mediante fornecimento das respectivas apólices, e rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, de acordo com as conclusões do Edital, aplicando-se os princípios inerentes aos contratos administrativos.

1.3. Integram e completam o este termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no **Edital de Dispensa nº .../2026**, juntamente com seus anexos e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES

2.1. Definem-se os valores dos itens discriminados conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
VALOR TOTAL:				R\$	

DMT – DANOS MATERIAIS A TERCEIROS

DCT – DANOS CORPORAIS A TERCEIROS

APP COM DMH – ACIDENTES PESSOAIS A PASSAGEIROS COM DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES – valor individual de cada passageiro

DMO – DANOS MORAIS A TERCEIROS

2.2. Os valores referentes às coberturas descritas em cada item correspondem aos valores mínimos exigidos.

2.3. Assistência 24 (vinte e quatro) horas, com serviço de guincho e quilometragem ilimitada.

2.4. Sem veículo reserva.

2.5. Franquias aplicáveis aos vidros, lanternas, faróis e retrovisores dos veículos, conforme tabela abaixo:

Município de Missal

ESTADO DO PARANÁ



CATEGORIA DO VEÍCULO	VIDROS	LANTERNAS	FARÓIS	RETROVISORES
PASSEIO	R\$ 125,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00
VANS/AMBULÂNCIA	R\$ 250,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00

OBS.: Os consertos de sinistros deverão ser feitos preferencialmente dentro do Município de Missal, caso a seguradora não tenha oficinas credenciadas.

2.6. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas ou indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

2.7. Durante a execução do presente contrato, os valores não sofrerão reajustes.

2.8. Em caso de prorrogação do prazo contratual, os valores poderão ser reajustados na periodicidade admitida na legislação federal, aplicando o índice com base na variação do INPC-IBGE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Para efeito de pagamento, a Contratada emitirá e encaminhará à Administração a respectiva Nota Fiscal, a qual dará o aceite definitivo no recebimento do objeto, após a devida conferência pelo servidor responsável pelo recebimento.

3.2. Por ocasião do faturamento, deverá constar no corpo da Nota Fiscal, os seguintes dizeres:

Dispensa nº .../2026

Contrato nº .../2026

3.3. A Contratada somente poderá emitir a Nota Fiscal após a emissão da respectiva Nota de Empenho.

3.4. Na Nota Fiscal é obrigatório que a Contratada informe o valor de retenção do IRRF, **referente a qualquer mercadoria ou serviço contratado ou prestado**, para o Município de Missal/PR, conforme disposto na IN RFB nº 1.234/2012, a fim de viabilizar o cumprimento do Decreto Municipal nº 6.045, de 22 de Agosto de 2023.

3.5. A Nota Fiscal que apresentar incorreção será devolvida à Contratada, a qual deverá efetuar a retificação ou substituição, devendo a mesma ser reapresentada à Administração.

3.6. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da liquidação da despesa devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, após a prestação dos serviços e o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da respectiva documentação fiscal, observando-se os valores constantes na nota de empenho previamente emitida. Ressalta-se que será respeitada a ordem cronológica, conforme Decreto Municipal nº 6201, de 14 de Junho de 2024.

3.6.1. No momento da liquidação da nota, a Contratada deverá enviar o arquivo digital da nota fiscal no e-mail compras@missal.pr.gov.br, sendo obrigatório o envio no formato PDF e XML, assim como deverá apresentar as seguintes certidões:

- a)** Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (INSS);
- b)** Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.7. O pagamento está condicionado a comprovação de regularidade Fiscal e Tributária, conforme condições de habilitação definidas no Edital.

3.8. A Contratante não se responsabilizará pelo atraso de pagamento no caso de falta de regularidade do item anterior, nem tampouco pelo pagamento de atualização monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

4.1. A execução do objeto estará condicionada à emissão da respectiva Nota de Empenho pela Contratante, contendo a descrição e os valores correspondentes ao objeto contratado.

4.2. Os veículos deverão ser segurados no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

4.3. As apólices deverão ser encaminhadas por meio eletrônico ao setor responsável, conforme orientação da

Gestora do Contrato.

4.4. O presente contrato produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura e permanecerá vigente até o encerramento do período de cobertura securitária das respectivas apólices.

4.5. As apólices deverão assegurar cobertura securitária pelo período de 12 (doze) meses, contado da data de início da vigência do respectivo seguro.

4.6. O recebimento das apólices será efetivado nos seguintes termos:

4.6.1. PROVISORIAMENTE: por ocasião de sua disponibilização à Contratante, para posterior verificação da conformidade com as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na proposta apresentada e neste Contrato;

4.6.2. DEFINITIVAMENTE: após a verificação da conformidade das apólices emitidas com as condições contratadas e sua consequente aceitação pela Administração.

4.7. Constatada, a qualquer tempo durante a vigência das apólices, divergência, erro ou irregularidade em relação às condições contratadas, a Contratada será notificada para promover a respectiva correção, mediante reemissão da apólice, emissão de endosso ou adoção de outra providência cabível, sem ônus adicional para a Contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

08 SECRETARIA DE SAÚDE

10.301.0007.2039 GESTÃO DO FUNDO DE SAÚDE

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

02733 E 00412 - SESA PR - CUSTEIO - RESOLUÇÕES 709/2025 E 905/2025 - PROFAPS-PR

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

6.2. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observados os procedimentos e prazos estabelecidos nos Arts. 157 e 158 da referida Lei.

6.3. A Contratada ficará sujeita às sanções previstas no Art. 156, em razão das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue:

6.3.1. Advertência, quando caracterizada a hipótese prevista no Art. 155, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.3.2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

6.3.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, em caso de recusa injustificada no cumprimento do objeto contratado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

6.3.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Missal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas hipóteses previstas no Art. 155, Incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no Art. 155, Incisos VIII, IX, X, XI e XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas hipóteses previstas nos Incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

6.3.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa, nos termos do Art. 156, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.3.7. Qualquer multa ou encargo imputado à Contratada e não pago no prazo concedido pela Contratante será inscrito em Dívida Ativa do Município e cobrado na forma da legislação aplicável.

6.4. Na aplicação das sanções, conforme Art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, serão consideradas a

natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

7.1. Constituirão motivos para extinção do contrato as hipóteses previstas no Art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

7.1.1. Constituem, entre outros, motivos para extinção contratual:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, condições, coberturas, prazos ou demais obrigações estabelecidas;
- b) o desatendimento das determinações regulares emitidas pela fiscalização ou pela autoridade competente;
- c) o abandono ou a paralisação injustificada da execução do objeto;
- d) a prática de fraude ou de irregularidade grave relacionada à execução contratual;
- e) as demais hipóteses previstas no Art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. A extinção do contrato poderá ocorrer por ato unilateral e escrito da Administração, de forma consensual ou por decisão arbitral ou judicial, conforme as hipóteses e condições estabelecidas no Art. 138, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3. Caso a Contratada venha a sofrer sanção que impeça a manutenção da contratação ou seja constatada situação impeditiva superveniente, a Contratante adotará as medidas administrativas cabíveis, inclusive, quando for o caso, a extinção do contrato, observados os Arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021 e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração produzirá os efeitos e consequências previstos no Art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

8.1. O presente contrato administrativo tem por embasamento legal as disposições da **Dispensa nº .../2026, Processo Administrativo nº .../2026**, sendo que o Edital o integra e o completa, obrigando as partes em todos os seus termos.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições, coberturas, limites de indenização, franquias, prazos e demais exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, em seus anexos e na proposta apresentada.

9.2. Emitir e disponibilizar uma apólice individual para cada veículo segurado, em meio eletrônico, contendo todas as informações e condições exigidas na contratação.

9.3. Corrigir, às suas expensas, quaisquer erros, divergências ou irregularidades identificadas nas apólices, inclusive quanto à identificação dos veículos, coberturas, limites de indenização, franquias, vigência e demais condições contratadas, mediante reemissão da apólice ou emissão de endosso, conforme o caso.

9.4. Assegurar a plena execução das coberturas e dos serviços contratados durante todo o período de vigência das respectivas apólices.

9.5. Disponibilizar central de atendimento para comunicação de sinistros, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, bem como os demais canais de atendimento necessários à execução do contrato.

9.6. Cumprir os prazos estabelecidos para atendimento de sinistros, assistência, reboque, vistoria, regulação, liberação de reparos, emissão de endossos e pagamento de indenizações, conforme as condições previstas no Termo de Referência e nas apólices.

9.7. Responsabilizar-se pela adequada execução do objeto e pelos danos decorrentes de falhas ou irregularidades que lhe sejam imputáveis, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e penal cabíveis, nos termos da legislação aplicável.

9.8. Analisar adequadamente as informações e os documentos fornecidos pela Contratante para emissão das apólices e execução das coberturas contratadas, comunicando imediatamente eventual necessidade de complementação ou correção de dados.

9.9. Responsabilizar-se por todos os tributos, encargos, taxas, despesas operacionais e demais custos decorrentes da execução do objeto, os quais deverão estar incluídos nos valores contratados.

9.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, quando cabíveis, até os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as particularidades do objeto e a correspondente formalização mediante endosso ou instrumento adequado.

9.11. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, inclusive a autorização necessária para atuação no ramo de seguros objeto deste contrato.

9.12. Indicar preposto ou responsável para representá-la durante a execução contratual e atender às solicitações da Contratante.

9.13. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato que possa comprometer ou impedir o cumprimento dos prazos, coberturas ou demais obrigações assumidas, apresentando a respectiva justificativa.

9.14. Acatar as orientações da Contratante relacionadas à execução do contrato, prestar os esclarecimentos solicitados e proporcionar todas as condições necessárias ao acompanhamento e à fiscalização contratual.

9.15. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas neste Contrato e na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Fornecer à Contratada as informações e os documentos necessários à correta identificação dos veículos e à emissão das respectivas apólices.

10.2. Receber e conferir as apólices emitidas, verificando sua conformidade com as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na proposta apresentada e neste Contrato.

10.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, por meio dos servidores especialmente designados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4. Comunicar à Contratada quaisquer falhas, divergências ou irregularidades constatadas nas apólices ou durante a execução do contrato, solicitando as providências necessárias à sua regularização.

10.5. Comunicar os sinistros à Contratada tão logo tenha conhecimento da ocorrência, fornecendo os documentos e informações necessários à respectiva regulação.

10.6. Informar à Contratada, durante a vigência das apólices, as alterações ou correções de dados que demandem emissão de endosso.

10.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao objeto efetivamente contratado, conforme documentação fiscal apresentada, observados o prazo, a forma e as condições estabelecidas neste Contrato.

10.8. Proporcionar à Contratada as condições necessárias ao adequado cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Fica designado como Fiscal do Contrato, o servidor **Sr. Robson Maciel Cezar**, CPF nº ***.055.***-66, ao qual competirá exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados no Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Fica designado como Fiscal Suplente do Contrato, o servidor **Sr. Paulo Cezar da Rocha**, CPF nº ***.662.***-76, ao qual competirá exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados no Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Fica designada como Gestora do Contrato, a Secretária Municipal de Saúde, a **Sra. Janiele Rodrigues Oliveira**, CPF nº ***.949.***-64, a qual exercerá as atribuições compatíveis com a gestão do presente contrato.

11.4. A fiscalização por parte da Contratante não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da Contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O presente contrato e seu respectivo extrato serão divulgados nos meios oficiais adotados pelo Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observados os prazos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. O prazo contratual poderá ser prorrogado quando cabível, desde que observados os requisitos, condições e limites estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e mantida a compatibilidade com o período de cobertura securitária das respectivas apólices.

12.3. A extinção do presente contrato observará as hipóteses, procedimentos e consequências estabelecidos na Cláusula Sétima deste instrumento e nos Arts. 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, inclusive a regularidade fiscal, trabalhista e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitada pela Contratante.

12.5. A Contratada obriga-se a executar integralmente o objeto do presente contrato, observando os prazos, coberturas, limites de indenização, franquias e demais condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na proposta apresentada e neste instrumento.

12.6. Constatada, a qualquer tempo, divergência, erro ou irregularidade nas apólices emitidas ou na execução dos serviços em relação às condições contratadas, a Contratada deverá promover a respectiva correção, mediante reemissão da apólice, emissão de endosso ou adoção de outra providência cabível, sem ônus adicional para a Contratante.

12.7. Os serviços securitários deverão ser prestados durante toda a vigência das respectivas apólices em conformidade com as condições, coberturas, assistências, prazos e demais obrigações previstas na contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2. Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga do contrato financiado pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

13.4. Considerando os propósitos dos subitens acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação,



deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas e casos omissos, que porventura surgirem.

Assim, por estarem entre si, certos, ajustados e contratados que, lido e achado conforme, aceitam e se obrigam por si, seus herdeiros ou sucessores a fielmente cumpri-lo, assinando-o na presença de duas testemunhas idôneas e capazes, fazendo-o firme e valioso.

Missal/PR, ... de de 2026.

**MUNICÍPIO DE MISSAL
CONTRATADA**

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Município de Missal/PR

Ref.: Dispensa nº/2026

Objeto:

Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ nº, com sede na Rua, nº ..., Bairro, Cidade/Município, Estado, através de seu representante legal assinado abaixo, declara que:

a) A empresa não foi declarada inidônea por ato do Poder Público; a empresa não está impedida de transacionar com a Administração Pública; a empresa não foi apenada com rescisão de contrato quer por deficiência dos materiais fornecidos, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05 (cinco) anos; que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no Art. 14 da Lei nº 14.133/2021. E ainda, a empresa se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar o Município de Missal a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

b) Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como declaramos, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

c) Não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo menores a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal.

d) Não possuímos em nosso quadro societário cônjuge, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de autoridade ou servidores comissionados da própria pessoa jurídica, conforme Acórdão 2745/2010, do Tribunal de Contas do Paraná, Súmula Vinculante 13, do STF e Prejulgado de nº 09, do Tribunal de Contas do Paraná.

e) Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º, e no Inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.



f) Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) Caso a empresa seja vencedora do presente processo licitatório, assumimos a responsabilidade de realizar a entrega do objeto licitado no prazo previsto.

Por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração para que produza os efeitos legais, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, conforme previsto no Art. 299 do Código Penal.

Local e data.

Representante Legal da Empresa

Nome

CPF

Obs.: Emitir em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À Comissão de Contratação

Município de Missal/PR

Ref.: Dispensa nº/2026

Pelo presente instrumento, apresentamos e submetemos à apreciação de Vossa Senhoria, nossa proposta relativa ao objeto, da licitação em epígrafe.

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a), portador(a) do RG, e do CPF nº, obedecendo às condições do ato convocatório, com preços apresentados em algarismos, até **02 (duas) casas após a vírgula**, sem rasuras, emendas e entrelinhas, encaminha a seguinte proposta:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Valor Global da Proposta: R\$ (.....)

Prazo de validade da proposta: **60 (sessenta) dias**

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta. Assim sendo, informamos que os preços propostos acima contemplam todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento, inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto, até sua entrega no local e prazo fixados no Edital.

A apresentação da proposta implica automaticamente no conhecimento pleno e aceitação de todas as condições expressas no Edital e seus anexos.

Local e data.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ao

Município de Missal/PR

Dispensa nº .../2026

Objeto:

A empresa, inscrita no CNPJ nº, localizada na, nº ..., Bairro, Cidade/Município, Estado, telefone, e-mail, por meio de seu representante legal, inscrito no CPF nº e RG nº, **DECLARA**, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei:

- Ser Microempresa/Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, e tendo interesse dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Nesse sentido, também declara que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º, do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021. Ainda, declara que está ciente de que o Agente de Contratação poderá solicitar a comprovação das contratações celebradas e encaminhará todos os documentos pertinentes para atestar a veracidade do seu compromisso.

Desta forma, o declarante está ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Local e data.

Representante Legal da Empresa

Nome

CPF

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO COM AS INFORMAÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Ao Município de Missal/PR

Ref.: Dispensa nº .../2026

Objeto:

Pelo presente instrumento, apresentamos e submetemos à apreciação de Vossa Senhoria, as informações relevantes para fins de assinatura do contrato administrativo da licitação em epígrafe, assim como os dados para futuro pagamento.

1 - DA EMPRESA PROPONENTE:

Nome empresarial, Rua, nº, Bairro, CEP:,
Cidade/Município, Estado, CNPJ nº, Conta Corrente nº,
Agência, Banco, Inscrição Estadual nº, Inscrição Municipal/ISS (alvará),
Telefone, Celular/WhatsApp, E-mail, Contado da empresa,
Telefone

2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome, Função, Data de Nascimento, Estado Civil,
Escolaridade, RG nº, Órgão emissor, CPF nº, residente na Rua
....., nº, Bairro, Complemento, Cidade/Município, Estado
....., CEP, Telefone, Telefone 2, Celular/WhatsApp
....., E-mail

Local e data.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

Obs.: Tendo em vista que os pagamentos ocorrerão exclusivamente por meio de transferência eletrônica, ressaltamos a importância de informar os dados de pagamento supracitados.

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS)

DECLARAÇÃO LGPD

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a), portador(a) do RG nº e do CPF nº, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital de **Dispensa nº/2026**, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. Aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. Referentes a participações societárias;
- 1.3. Informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. Endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. Estado civil;
- 1.6. Eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. Relações de parentesco;
- 1.8. Número de telefone;
- 1.9. Sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. Informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa, dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data.

Representante Legal

ANEXO VIII
MODELO DE TERMO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

Ao

Município de Missal/PR

Dispensa nº/2026

Objeto:

Por meio deste instrumento, a empresa nomeia e constitui seu(sua) preposto(a), o(a) Sr.(a) , RG nº , órgão expedidor , inscrito(a) no CPF sob o nº , com endereço , nº , Bairro , Cidade/Município de , Estado de , CEP: , o qual poderá ser contactado através dos seguintes meios: telefone comercial (...) , celular/WhatsApp , e-mail , para receber ofícios, representar a Contratada, receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham, ou não, a abertura de processo administrativo ou prazo para a contratada responder ou tomar providências, e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação, que é a condução do contrato acima identificado.

Local e data.

Representante Legal
Função

Preposto(a)